

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDADANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 22..... | 209 |
| MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE | |
| Viviane Bernadeth Gandra Brandão | |
| Iara Soares de Araújo | |
| DOI 10.22533/at.ed.02821150322 | |
| CAPÍTULO 23..... | 220 |
| CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS | |
| Luana Fernandes Silva Paes | |
| Simone Caldas Tavares Mafra | |
| Mariana de Paula Oliveira | |
| Reinaldo Antônio Bastos Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.02821150323 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 232 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 233 |

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 09/02/2021

Ana Carolina Tavares de Mello

Universidade Estadual de Londrina

Londrina – PR

<http://lattes.cnpq.br/5366536752401904>

RESUMO: O presente trabalho tem como problema central a análise do discurso de estagnação do debate frente às políticas de ação afirmativa referente ao negro no Brasil, com foco na educação. Apresenta como objetivo a análise deste discurso na atualidade e a (des)necessidade de manutenção destes debates. Como recurso metodológico, foi realizada pesquisa bibliográfica, perpassando pelas representações sociais do negro desde a abolição; o movimento negro brasileiro e a educação como direito humano fundamental em contexto de neoliberalismo de Terceira Via. A conclusão da pesquisa sugere a necessidade de constante debate acerca do tema, frente ao risco de retrocessos.

PALAVRAS-CHAVE: Ações afirmativas; negro e educação; neoliberalismo; debate necessário.

**BLACK PEOPLE, EDUCATION AND
AFFIRMATIVE ACTION: WE STILL NEED
TO TALK ABOUT IT**

ABSTRACT: This work has as central problem the stagnation speech's analysis of the debate

about the affirmative action policies concerning black people in Brazil, focused on education. It presents as objective this discourse's analysis in the present time and the (un)necessity of maintaining these debates. As a methodological resource, a bibliographical research was carried out, going through the social representations of black people since the abolition; the brazilian black movement and education as a fundamental human right in the context of Third Way neoliberalism. The research's conclusion suggests the need of constant debate on the subject, against the risk of setbacks.

KEYWORDS: Affirmative actions; black people and education; neoliberalism; debate needed.

1 | INTRODUÇÃO

Em dias atuais, não é raro ouvir por entre corredores de universidades e em meio a debates políticos, que as políticas de ações afirmativas, onde se inserem as políticas de cotas sociais e raciais, se configuram em direitos adquiridos e discursos vencidos, estagnados e sem razão para novos debates. Na prática, o que se vê é uma ampliação da divulgação de discursos de ódio de cunho preconceituoso, muito em razão da facilitação da emissão de opinião em redes sociais. Publicações essas que alcançam o mundo em poucos segundos, e são capazes de estremecer saberes produzidos por meio de anos de estudos ao longo dos séculos. Não se trata de contestação aos saberes acadêmicos, mas de dar voz a uma legião de pessoas

“formadas” intelectualmente e quase que exclusivamente pelas redes sociais tecnológicas.

Percebe-se que a necessidade de analisar estes discursos na atualidade torna-se novamente urgente, visto que tem-se vivenciado tempos de retrocessos de direitos e políticas de acesso com enfoque na culpabilização e criminalização dos sujeitos que necessitam destas políticas públicas. Nesse sentido, antes de adentrar na necessidade do constante debate e reafirmação acerca do tema, considera-se importante definir as representações do negro¹ em cada momento histórico brasileiro, para então ser possível justificar essa necessidade. Esta contextualização se faz necessária vez que a questão do negro só pode ser tratada de forma real a partir da totalidade do contexto ideológico em que se insere, para, além da aparência, capturar a essência do fenômeno.

21 REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL, ACESSO À EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Até 1888, ano em que a escravatura foi oficialmente abolida no Brasil, o negro era tratado como “peça” ou “braço” (termo utilizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, no livro *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, p. 31), motivo pelo qual, será iniciada a questão da representação generalizada do negro no Brasil a partir da Primeira República (ou República Velha), que data, aproximadamente entre 1889 a 1930, onde o negro passa a ter status de cidadão, pelo menos no que tange a lei (GUIMARÃES, 2002, p. 4). Segundo Guimarães (2002, p. 4), este período é marcado por três tipos possíveis de representação do negro: o primeiro, parte do princípio da inexistência de uma linha de cor no Brasil², da premissa de que o negro é recebido cordialmente pelo branco, uma democracia racial, conforme exemplifica o fragmento de artigo abaixo, de autoria de Paulo Duarte, em 1947:

Que não prepare para o Brasil um futuro igual. Que não se percam os esforços de três séculos temperados pelos sentimentos humanos que caracterizam os povos latinos, mercê dos quais; pudemos viver durante tanto tempo sem o ambiente intolerável do ódio ou do desprezo do branco contra o preto. *Devido a erros iguais ou maiores, não podemos retrogradar agora, em meio de perigo pior que é a desorientação da população negra, que, abandonada na sua miséria física e moral, começa a constituir uma ameaça para o branco, criando situação inversa daquela que se podia esperar, isto é, o preconceito do negro contra o branco, absolutamente pacífico e cordial em face de seu compatriota de cor.* (DUARTE, 1947, grifo nosso).

1 Neste artigo, a palavra “negro” pretende englobar pretos e pardos. Porém, nas pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE atualmente, “a cor dos moradores é definida por autodeclaração, ou seja, o próprio entrevistado escolhe uma das cinco opções do questionário: branco, pardo, preto, amarelo ou indígena”, portanto, não há menção sobre negros nestas pesquisas (SARAIVA, 2017, n.p.).

2 Guimarães (2002, p. 4) cita uma série de dois artigos que leu, de autoria de Paulo Duarte em 1947. Apesar de não os identificar especificamente, foram encontrados, datados do mesmo ano, os artigos “Como a elite tratava os rolês em 1947” e “Negros do Brasil”.

A segunda representação desse período, retrata o negro enquanto massa que está submersa em uma situação moral e intelectual deplorável, mergulhada em vícios, doenças, ignorâncias e superstições, que os transforma em uma camada flutuante de proletariados, destituída de recursos econômicos e desprovida de uma consciência de classe, excluída da possibilidade de civilização e cultura (GUIMARÃES, 2002, p. 4).

A mudança que se tem operado entre nós é um indício terrível. Desapareceu, pelo menos das cidades, aquele tipo tradicional de negro bom. Cada um de nós da geração de antes da primeira guerra, guarda na lembrança a *memória agradável das velhas empregadas negras tidas como pessoas da família e que, com o mesmo carinho, a mesma amizade e dedicação, substituíram as mucamas, do tempo da escravidão que os nossos pais viram e nós conhecemos. Hoje isso desapareceu*. As empregadas de servir, em geral, e as de cor em particular, são ingratas, descabidamente exigentes, vadias, pouco asseadas, grosseiras e agressivas. E quase sempre os negros são piores do que os brancos. [...] Falávamos, pois, do equívoco de Gilberto Freire que, firmado em observações realizadas em documentos sociológicos do Nordeste, tirava a conclusão de que o tipo, o verdadeiro e único tipo brasileiro era o mestiço, ou melhor o mulato, uma mistura étnica enfim de cujo produto, pela cor da pele e outros característicos, se denunciava logo a intervenção do elemento africano. Discordávamos daquelas conclusões, salientando a sua influência no mal-entendido, oriundo de muitas causas, e que se acentua hoje entre brancos e negros do Brasil, mal-entendido a traduzir-se numa *hostilidade cada vez mais acentuada do negro contra o branco*. (DUARTE, 1947, *grifo nosso*).

O terceiro tipo de representação, segundo o autor, seria um tipo de “preconceito pessoal”, ao invés de social, onde existem indivíduos racistas, mas estes não podem ser generalizados, ou seja, não se nega que exista o problema, mas uma vez que ele não estaria sendo propagado por grupos de pessoas, tudo estaria sob controle (GUIMARÃES, 2002, p. 5).

É interessante destacar que, segundo Domingues (2007, p. 106), aproximadamente neste mesmo período, compreendido entre a Primeira República e o Estado Novo (1889 a 1937), alguns libertos e seus descendentes criaram dezenas de grupos de cunho assistencialista, recreativo e/ou cultural, vez que a população negra se encontrava, em sua maioria, marginalizada. Dessas organizações, surgiram também alguns jornais publicados por negros, com a intenção de tratar sobre a questão social do negro no Brasil. O autor destaca, dentre eles, o jornal Clarim da Alvorada, lançado em 1924 e dirigido por José Correia Leite e Jayme Aguiar. Domingues (2007, p. 107) destaca também a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que em 1936 se tornou um partido político, como exemplo de avanço na questão da organização e destes movimentos. No entanto, apesar de algumas reivindicações terem sido atendidas, ainda segundo o autor, estes movimentos foram sendo esvaziados com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, em 1937 (até 1945), período este marcado por repressões políticas violentas, que inviabilizavam movimentos contestatórios (DOMINGUES, 2007, p. 107).

No contexto da Era Vargas (aproximadamente entre 1930 a 1945), Guimarães (2002, p. 5) infere que, marcado pelo plano acadêmico e pela institucionalização das Ciências Sociais através do aparecimento dos primeiros estudos antropológicos e sociológicos³, a representação dos negros, caminhou no sentido da negação da existência de raças no Brasil, na defesa de que não existem raças, mas cores ou grupos de cor, que, segundo o autor, seria uma continuação das ideias de Paulo Duarte sobre a questão do “preconceito pessoal”, individualizado.

Contrariando a organização do Movimento Negro na época, o argumento trata de um sistema de classificação pela aparência, ao contrário do sistema de classificação por dependência (genótipos): não haveriam grupos de descendência formados no Brasil a partir da premissa da raça, mas uma definição de traços sociais e culturais que influenciariam a cor (GUIMARÃES, 2002, p. 6). Se trata, pois, da distinção de classes, como conjuntos ou grupos de pessoas que tem a mesma posição ou status diante do mercado (ligada à teoria da estratificação social⁴) conforme se pode ver abaixo:

[...] se trata de um sistema de classificação por aparências, por fenótipos, ao contrário do sistema de classificação por genótipos, ou por grupos de descendência. Qualquer que seja a formulação, a ideia central é essa: não existem grupos de descendência formados no Brasil a partir da ideia de raça. Thales de Azevedo (1953) e outros vão refinar esta percepção dizendo que não somente não existem grupos de descendência traçados em termos da ideia de raça, mas a própria ideia nativa de cor é mais do que um sistema de classificação baseada em fenótipos, porque certos traços sociais e culturais influenciam na definição de cor. Thales de Azevedo (1953) fala, por exemplo, em “boa educação” em duplo sentido, tanto como educação formal, quanto como boas maneiras. Segundo esses autores, o que se tem, na verdade, é um continuum de cor, uma classificação totalmente ambígua e a ausência de grupos raciais. E se forma nesse período o consenso maior, na verdade o consenso síntese dessa época, de que é *a classe o fator principal que explica as desigualdades sociais no Brasil*. O termo não é tanto “classe social”, mas é “classe”. Alguém como Pierson, em 1939, trabalhando na Bahia com as ideias que trouxe de Chicago, usa simplesmente aquela classificação weberiana de classes como grupos abertos, ou seja, fundado sobre relações sociais abertas, para caracterizar o Brasil. Ao observar a sociedade brasileira, diz: não existem grupos fechados em termos raciais. *A raça, por definição, seria um grupo fechado, seria um grupo de pertença hereditária, um grupo de descendência, ora isso não existe aqui, então, o que existe aqui não são “raças”, mas classes. Não classes no sentido marxista, mas classes no sentido weberiano, grupos abertos, as pessoas passam a ser brancas, passam a ser pardas, passam a ser morenas, quer dizer, são grupos abertos.* (GUIMARÃES, 2002, p. 6, grifo nosso)

³ O autor cita os escritos de Donald Pierson (1942), Ruth Landes (1967), Herskowitz (1942), Fraizer (1942) e etc.

⁴ Segundo Hasenbalg (2005, p. 99), na abordagem da estratificação social, o termo classe “tem o significado convencional de grupos delimitados por fatores econômicos, tais como renda ou ocupação”. Portanto, a semelhança relacionada a bens e acessos de determinados grupos ou setores da população não conduz a uma análise da estrutura que explica e condiciona esses padrões, como ocorre na teoria de classes marxista. Hasenbalg (2005, p. 99) explica que, nesta abordagem, a vantagem de uns em detrimento de outros é considerada normal e, por vezes, transitória através da mobilidade social, não sendo um efeito causado pela estrutura social, dizendo respeito ao esforço individual de cada ser humano.

De um lado mais extremo, Guimarães (2002, p. 6) informa que estaria quem trabalha com o referencial marxista, que, muito resumidamente, defende que a sociedade brasileira realmente está permeada por um conflito de classes: a classe dominada e a classe dominante (teoria da divisão sócio-técnica do trabalho⁵), e não uma divisão com base na cor:

Está em formação no Brasil um sistema capitalista, um sistema de formação de um proletariado. Dizer que essas pessoas são negras, tudo bem, é um epifenômeno, é acreditar muito na aparência que tomam os conflitos sociais, na aparência racial. Mas na verdade o que está em jogo, o que está em formação no país é a luta de classes. O exemplo típico dessa posição é o Costa Pinto (1953) falando do Rio de Janeiro. As formações raciais no Brasil são epifenômenos, são coisas de quem realmente não entendeu completamente o espírito, a essência da história, o motor da história na sociedade brasileira. O consenso sobre as “classes” é portanto muito forte (GUIMARÃES, 2002, p. 6).

Esta representação do negro no final da Segunda República seria consolidado no denominado período democrático (ou populista), que vai de 1945 a 1968, aproximadamente, e trata, segundo o autor (p. 6), de um período da história do Brasil em que se realizaram experimentos sérios de integração do negro à vida social, como os estudos da UNESCO. Nestes estudos, o negro passa a não ser mais visto como “massa inaproveitável” moral e intelectualmente, para ser visto como povo brasileiro, devendo, portanto, ser integrado à sociedade. Nesse momento, surgem os estudos sobre as relações raciais, propriamente ditos, que vão comprovar a existência de uma linha de cor no Brasil, tanto em termos de posição social, como em termos de oportunidades educacionais, distribuição de renda, acesso a saúde e nos demais indicadores sociais existentes. Um exemplo desse estudo é o livro publicado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, já aqui mencionado: Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana, publicado pela primeira vez em 1955, mediante pesquisa encomendada pela UNESCO e realizada pelos autores. Para Guimarães (2002, p. 7), este é o primeiro choque que os estudos sobre raça no Brasil apresentam. Um segundo choque provocado por estes, é o entendimento de que a discriminação sofrida pelos negros é institucionalizada⁶ socialmente, não se tratando,

5 Segundo Marx e Engels (2005, p. 40), a história mesma de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Para os autores, todas as sociedades podem se resumir entre oprimidos e opressores, em constante oposição, vivendo uma guerra ininterrupta, de forma aberta ou não. Segundo eles, estas guerras sempre terminam culminando ou na transformação revolucionária de toda a sociedade ou na destruição das duas classes em conflito.

6 A respeito da teoria do racismo institucional, Wieviorka (2007, p. 30), informa que a mesma defende que o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos do próprio funcionamento da sociedade. Nesse sentido, o autor alerta para sua falha teórica, ao disseminar a ideia de uma dissociação entre o ator e o sistema, sugerindo que o racismo poderia funcionar sem que existam atores influenciando em seu funcionamento, como se houvesse um “sistema generalizado de discriminações que se alimentam ou se informam uns aos outros: [...] um ciclo vicioso [...]” que asseguraria a reprodução quase automática desse fenômeno, em todos os setores da vida social (p. 30). Wieviorka (2007, p. 33) indica que esta tese tem como utilidade evidenciar as “formas não flagrantes” do racismo, suas “expressões veladas” e, nesse sentido, é importante, mas não é suficiente ao determinar que tal fenômeno possa ser desprovido de atores.

portanto, de algo pessoal ou individual e pior, ela se reproduz de maneira ampliada, gerando o que Hasenbalg (1988), citado por Guimarães, vai chamar de “ciclo de acumulação de desvantagens”.

O terceiro e quarto choques, segundo Guimarães (2002, p. 7), dizem respeito a perpetuação dessa discriminação em toda vida econômica e social do negro, que acumula a desvantagem inicial (legado abolicionista) às demais que adquire ao longo da vida, sendo, a principal delas, a educação. Para Guimarães (2002, p. 8), a educação é considerada “uma barreira tão forte que (é dito que) a discriminação entre brancos e negros pode ser praticamente desfeita se a gente mudar a educação do país [...] se mudarmos o sistema educacional desse país, o ganho que teremos de igualdade racial será imenso.”.

Nesta mesma época, Domingues (2007, p. 108) relata que o Movimento Negro organizado está vivenciando uma segunda fase no Brasil, entre a Segunda República e a instalação da Ditadura Militar (1945 a 1964), período em que o autor afirma ter sido ampliado o raio de ação do movimento negro no país, após a queda da ditadura de Vargas (1945). Nesse momento, segundo Guimarães (apud DOMINGUES, 2007, p. 108), a discriminação racial e a competição se ampliava no mercado de trabalho, convergindo na continuidade da marginalização do negro. Apesar de ampliado, esta fase não teve o mesmo poder de aglutinação da fase anterior. Domingues chama atenção para a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943 por João Cabral Alves, que tinha como finalidade a ampliação do nível econômico e intelectual dos negros para possibilitar o ingresso na “vida social e administrativa do país”. A atuação da UHC, estava ligada a aulas de alfabetização, ações voluntárias, publicações em jornais próprios, debates e etc. Segundo o autor, este movimento chegou a reivindicar ao presidente Getúlio Vargas, através de uma audiência, ações a favor da população negra. No entanto, com a implantação da Ditadura Militar de 64, culminou no arrefecimento de muitos grupos dos movimentos sociais no país, incluindo a UHC. Nesta fase, Guimarães (2007, p. 109) também destaca a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, liderado principalmente por Abdias Nascimento.

Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis [...] é importante assinalar que, nessa segunda etapa, a *imprensa negra* ganhou novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo país. Em São Paulo, surgiram o *Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960); em Curitiba, o *União* (1947); no Rio de Janeiro, o *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952). Registrou-se, ainda, o aparecimento da revista *Senzala* (1946), em São Paulo. Apesar do crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento, não podendo contar efetivamente com o apoio das forças políticas, seja da direita, seja da esquerda marxista. O Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural (GUIMARÃES, 2007, p. 109, *grifo do autor*).

É importante destacar que, ainda segundo Guimarães (2007, p. 220), nas duas

primeiras fases, embora não tenha se isolado politicamente, o movimento negro se mantém afastado do que ele chama de formas tradicionais de organização das classes sociais, como sindicatos e partidos, mantendo-se próximo de posições políticas da direita. De qualquer forma, fica clara a relação da representação generalizada do negro no Brasil com o Movimento Negro organizado, no sentido de que há uma luta pelo reconhecimento da situação do negro, sem a qual tais representações poderiam ter se mantido as mesmas do período pós-abolição imediato, inclusive com relação à questão educacional. No entanto, é preciso enfatizar que, mesmo que a barreira educacional citada por Guimarães (2002, p. 8) seja resolvida, é provável que outro fator apareça, o que ele denomina de “interiorização da desigualdade”, ou seja, um sistema de valores interiorizado socialmente: discriminação pura e simples.

Em contexto de conjuntura neoliberal, segundo Laval (2004, p. 89), pensar a educação é também pensar em mercadoria, tendo em vista que nesse modelo de produção, a educação “é considerada como um bem de capital”. A busca pelo ensino de qualidade aparece como um bom investimento e campo fértil para competição. O autor assevera que o neoliberalismo em si não é o responsável por criar esse fenômeno, mas o acentua e justifica ideologicamente. A busca pelo melhor ensino vem acompanhada por novas demandas por melhores professores, melhores tecnologias, novas metodologias e trazem consigo o risco de esquecermos do sentido mais profundo “da missão da escola” (LAVAL, 2004). Nessa lógica competitiva pelas melhores escolas, é clara a “vantagem” dos alunos que têm acesso às escolas privadas, cujo investimento para a educação é inegavelmente maior do que para as escolas públicas. E esta vantagem não se restringe ao acesso à “melhor educação”, mas colaboram para o aumento da segregação social. Laval (2004, p. 93) argumenta ainda que, somente a vantagem de acesso às “melhores escolas” não é suficiente, vez que há também o desejo pela livre escolha dentre tais escolas, impulsionando ainda mais o mercado da educação e favorecendo o setor privado. Neste contexto, a intervenção do Estado na oferta do ensino é colocada em questão de forma radical, com o argumento de que também a escola traz um grande gasto à manutenção do sistema. Outro argumento dos liberais advoga no sentido de que a deterioração do ensino é, em grande parte, responsabilidade da “centralização excessiva do sistema escolar antigo” e que o Estado deveria então, assumir o papel de garantidor da qualidade do serviço prestado pelas escolas privadas, através da avaliação dos estabelecimentos, uma forma de fiscalização e não mais o financiamento das escolas públicas. Dessa forma, o governo favorece a prática dos ensinamentos de Kant sobre a “mão invisível” e, de quebra, contribui para o desenvolvimento ainda maior da livre competição do mercado educacional, abrindo as portas para a privatização cada vez maior do ensino (LAVAL, 2004, pg. 96). Ora, está sendo falando aqui, de um acirramento da dificuldade no acesso à educação por parte de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, mas esta segregação não é problema, do ponto de vista do pensamento neoliberal, onde a lógica imperante é

justamente a meritocracia.

A privatização direta (aumento de escolas particulares) ou indireta (associações político-privadas) trazem uma série de consequências negativas para o panorama educacional. Através da desresponsabilização do Estado, favorecendo a lógica mercadológica da educação e a precarização do ensino público, uma competição também relacionada às escolas passa a ocorrer: a seleção de alunos melhores qualificados no ponto de partida aumentam as estatísticas de qualidade nas escolas privadas, aumentando ainda mais a segregação de alunos com menor ou baixo rendimento escolar, gerando um ciclo vicioso: escolas privadas com melhores indicadores de qualidade são frequentadas pelos que podem pagar e que, normalmente são os alunos com melhor rendimento. Esta mesma lógica de seleção não pode ser utilizada nas escolas públicas, visto que, por lei, deve atender a todos (FREITAS, 386), o que facilita a obtenção de indicadores com índices piores de desempenho escolar.

Segundo Claude (2005), a educação é a mais “eficiente ferramenta para o crescimento pessoal”, contribuindo para a ampliação da dignidade humana através do conhecimento, saber e discernimento. Ela assume o status de direito humano com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada em dezembro de 1948:

[...] como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (DECLARAÇÃO, 1948).

O direito à educação consiste pois, no pré-requisito fundamental para a atuação plena como ser humano na sociedade, portanto, um direito multifacetado: social, ao promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana; econômico, favorecendo a autossuficiência através do trabalho; cultural, no sentido de construção de uma cultura universal dos direitos humanos. Nesse sentido, a educação é assumida enquanto “estratégia de longo prazo direcionada para as necessidades das gerações futuras” (CLAUDE, 2005).

Entender, portanto, a educação neste viés, justifica a necessidade de debate contínuo acerca da democratização de seu acesso, bem como do contexto em que ele se efetiva e as possibilidades de permanência, em um país onde, em 2015, ainda possuía mais de quinze milhões de analfabetos (8%) entre pessoas com 15 anos ou mais (IBGE, 2018).

O que se vê, claramente, é a reprodução da divisão de classes em sua mais ampla forma, em que a educação atua como mediadora: cada vez mais se intensifica a divisão da escola para os filhos dos “operários” em contraposição à escola para os filhos dos “donos dos meios de produção”, esta última, cada vez mais seletiva e excludente.

Neste contexto, considerar a situação do negro e seu acesso (e permanência) à educação, se torna ainda mais necessário (e específico), tendo em vista que a questão do legado abolicionista não pode ser reduzida à divisão de classes, mas também se insere nela, mantendo o negro em situação econômica e social, ainda inferior. Nesse caso, a educação como instrumento de mediação dos processos de acumulação do capital, contribui para a reprodução de ideais e valores que auxiliam na reprodução ampliada do sistema capitalista, desarticulando a concepção de mundo da classe subalterna, dissimulando, ocultando o real interesse por detrás das políticas relacionadas a educação e o que as permeia (CURY, 2000, p. 28).

No Brasil, segundo Munanga (1999, p. 82 apud MUNANGA, 2002 p.124), as políticas de ação afirmativa de cunho “antirracista”, que visam favorecer, de uma forma geral, a integração do negro na sociedade, em âmbito econômico e social, são muito recentes. As primeiras políticas de favorecimento para acesso às universidades, por exemplo, aconteceu somente em 2002, através da instituição de cotas sociais na Universidade de Brasília, mas somente em 2012 foi sancionada a lei de cotas para o ensino superior público federal (Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012) e demais instituições federais de educação vinculadas ao Ministério de Educação. Sem entrar no mérito da eficácia e efetividade desta legislação, é necessário destacar que, em âmbito estadual, não há a obrigatoriedade da instituição deste tipo de política. Mesmo a lei que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio (Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003) ainda hoje é frequentemente tema de discussão com relação a quais temáticas devem ser tratadas em si, visto que há um grande desconhecimento, por parte das instituições educacionais de ensino fundamental e médio, com relação ao continente africano e suas histórias, que poderiam contribuir com o objetivo de integração social do negro, sem que se mantenha o foco somente na questão da escravidão, músicas, religião e culinária.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada neste artigo a partir dos discursos apresentados, considera-se ser necessário estar atento que, em tempos de neoliberalismo de Terceira Via no Brasil⁷, todo direito conquistado é passivo de ser retirado, como tem-se visto acontecer recentemente com a (contra)reforma⁸ trabalhista e os sucessivos investimentos

7 Segundo Mello e Falleiros (2005, p. 175), alguns antigos defensores do projeto de bem-estar social e críticos do sistema neoliberal radical (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Unesco), orientaram para a necessidade de “um novo Estado para um mundo em transformação” (BANCO MUNDIAL, 1997 apud MELLO; FALLEIROS, 2005, p. 176), (ir além da esquerda e da direita, o Estado nem como inimigo nem como a resposta para todos os males) configurando então a defesa de uma “Terceira Via na condução do Estado”, um “Estado social-liberal”.

8 O termo contrarreforma é usado neste artigo no sentido de promoção de desmonte de direitos sociais antes conquistados, cuja conquista tenha sido fruto de lutas históricas de trabalhadores. Se trata, portanto, de ações que implicam em retrocesso social. Segundo Behring (2003, p. 213), o termo “reforma” está ligado à esquerda e só tem sentido quando diz respeito a ações que proporcionem melhoria na qualidade de vida da população em geral.

na aprovação da (contra)reforma previdenciária. Os direitos conquistados através dos movimentos sociais, em detrimento das minorias sociais brasileiras, estão em cheque neste exato momento. Há que se ter em mente que o direito para uma minoria social jamais será pauta de incentivo da hegemonia do Capital, ao contrário, deverá ser cotidianamente debatido e reafirmado, sob pena de ser invalidado a qualquer tempo, sob qualquer argumento.

Nesse sentido, o debate de reafirmação em torno das políticas de ações afirmativas se faz necessário para minimizar os riscos de retrocessos nesse setor. Não que estes debates possam, sozinhos, garantir a estabilidade destes direitos, mas sem eles, certamente estão correndo risco. Mais importante ainda se atentar para o fato de que, a exemplo das políticas de cotas para acesso à universidade, somente assegurar tal política não é suficiente para a promoção da melhoria na qualidade de vida da população negra. É preciso, antes de tudo, assegurar a política, mas para além dela, é necessário qualificar a discussão acerca da permanência nas instituições e, indo mais além, aprimorar as pesquisas e debates acerca dos egressos dessas políticas. Se trata, portanto, de aquecer os debates, mantendo tais discussões em pauta, sem perder de vista a quem tais políticas atendem e contra quem é necessário lutar para mantê-las e aprimorá-las.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

CLAUDE, Richard Pierre. **Direito à educação e educação para os direitos humanos**. In Revista internacional de direitos humanos. vol.2 no.2 São Paulo, 2005. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452005000100003> >. Acesso em 22 mai. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948

DUARTE, Paulo. Negros do Brasil. In: **O Estado de São Paulo**. SP, 1947. Disponível em < <https://jornalgnn.com.br/noticia/como-a-elite-paulista-tratava-os-roles-em-1947> >. Acesso em: 21 mai. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e pobreza no Brasil: a *rationale* dos estudos de desigualdade racial. In: DURHAM, Eunice R.; BORI, Carolina M. (Org.). **O negro no ensino superior**. Série Capa Azul Seminários CA 1/ 03. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2002.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Disponível em: < <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html> >. Acesso em 22 mai. 2018.

LAVAL, Christian. A grande onda neoliberal. In: **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004. p. 89-108.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa de cotas. In: DURHAM, Eunice R.; BORI, Carolina M. (Org.). **O negro no ensino superior**. Série Capa Azul Seminários CA 1/ 03. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2002.

SARAIVA, Adriana. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. In: **Agência IBGE Notícias**. Nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em 14 jun. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230

Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021